



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 03 - TRE- ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SALMOP

Em atendimento ao disposto no Inciso IV, do Art. 3, do Decreto nº 10.024/2019, esta Equipe de Planejamento de Contratação, apresenta os presentes ESTUDOS PRELIMINARES.

ESTUDOS PRELIMINARES - CONTEÚDO:

a) Atos normativos pertinentes à contratação pretendida:

Os atos normativos pertinentes à pretendida aquisição são os seguintes: - Lei nº 8.666/1993 e Decreto nº 10.024/2019.

b) Análise de aquisições anteriores:

Os presentes Estudos Preliminares têm por objeto a aquisição de bens permanentes - mobiliários e utensílios domésticos, visando à análise de viabilidade e levantar elementos essenciais que subsidiarão a elaboração do Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades do Tribunal.

Foram analisadas com detalhes a última aquisição dos materiais permanentes, buscando identificar e evitar inconsistências, no qual foram adquiridos os mesmos tipos de bens ora pretendidos, conforme os procedimentos a seguir:

- Processo nº 2162/2019 - aquisição de diversos mobiliários, conforme pregão eletrônico nº 20/2019;
- Processo nº 13386/2019 - aquisição de diversos utensílios domésticos, conforme pregão eletrônico nº 43/2019.
- Processo nº 2662/2019 - aquisição de diversos utensílios domésticos, conforme pregão eletrônico nº 19/2019.
- Processo nº 7966/2016 - aquisição de diversos utensílios domésticos, conforme pregão eletrônico nº 40/2016.

Ao analisarmos o procedimento supracitado verificamos que não ocorreu nenhum problema na aquisição desses materiais, atendendo as expectativas do Tribunal.

Desta forma, mantivemos os mesmos requisitos para a aquisição desses materiais, visando à padronização existente neste Órgão.

c) Levantamento de mercado e justificativa para a escolha do objeto que se almeja contratar:

A aquisição dos bens elencados atenderá às necessidades das Unidades da

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo e dos Cartórios Eleitorais solicitantes, em decorrência de inexecução contratual. A contratação em referência justifica-se pela necessidade de guarnecer as Unidades/Cartórios Eleitorais, que necessitam desses materiais para o regular funcionamento dos serviços e melhoria na estrutura física das Unidades/Cartórios solicitantes, visando o desenvolvimento normal de suas atividades.

Os modelos de mobiliários a serem adquiridos seguem a padronização existente no Tribunal, visando facilitar a reposição de bens e o seu reaproveitamento em outra Unidade/Cartório.

A licitação será por meio de Pregão Eletrônico ou outra forma de aquisição, conforme manifestação do Setor competente.

Acerca do mercado ser capaz de fornecer os mobiliários em aquisição, trata-se de bens fornecidos por diversas empresas, por se tratar de materiais comuns, disponível no mercado.

d) Descrição detalhada do objeto:

ITEM 01: Quadro branco:

Quadro branco magnético para pincel, em madeira aglomerada ou em chapa de madeira resinada, revestido na parte frontal em chapa de aço e recoberto na parte frontal com laminado melamínico na cor branca, moldura em alumínio, dimensões: Largura = 150cm; Altura = 100cm.

ITEM 02: Quadro de cortiça:

Quadro em cortiça, bordas em alumínio, dimensões 110cm x 80cm, garantia do fabricante, com materiais de primeira qualidade, em obediência às especificações técnicas e manter a padronização dos bens já adquiridos pelo Tribunal;

ITEM 03: Estrado modular:

Estrado modular, material polipropileno, dimensões: comprimento = 50cm; largura = 50cm; altura = 05cm, cor café, preto, marron ou azul, capacidade de carga até 1 tonelada, antiderrapante e encaixe modular.

e) Justificativas para o parcelamento ou não da solução quando necessária para individualização do objeto:

A entrega deverá ser efetuada em uma única vez, não havendo parcelamento no fornecimento.

f) Serviços de natureza continuada:

Não se aplica, pois esta demanda se trata de aquisição de bens permanentes, não havendo nenhum tipo de serviço de natureza continuada.

g) Estimativas das quantidades:

Segue abaixo as descrições e as quantidades a serem adquiridos:

Material	Quantidade

Quadro Branco Magnético	1
Quadro em Cortiça	2
Estrado modular	190

h) Definição e documentação do método para a estimativa das quantidades a serem contratadas:

Para a definição das quantidades a serem contratadas, a Seção de Almoxarifado e Patrimônio analisou as inexecuções contratuais, bem como a análise da pertinência e padronização dos mobiliários solicitados. Entendemos, s.m.j., que as aquisições sejam necessárias para atender as Unidades/Cartórios.

h) Objetivos que se pretende alcançar com a aquisição:

Promover a melhoria no ambiente de trabalho e organização das atividades, por meio de móveis adequados tanto quanto ao modelo quanto ao quantitativo.

i) Necessidade de a futura contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

A transição contratual não se aplica ao presente caso, porque as aquisições de móveis não comportam a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, por se tratar de bens comuns.

k) Providências necessárias à adequação do ambiente da Secretaria e Cartórios do Tribunal à aquisição:

Por se tratar de mobiliários já adquiridos pelo Tribunal e padronizados, não será necessária nenhuma providência à adequação do ambiente com relação aos bens em aquisição, estando os espaços físicos de acordo com os bens a serem recebidos.

l) Equipe de Planejamento da Contratação:

- Oswaldo Luiz de Oliveira Borges - Chefe da Seção de Almoxarifado e Patrimônio;
- Luciana Corona de Aguiar – Seção de Almoxarifado e Patrimônio;
- Renato Lírio - Seção de Almoxarifado e Patrimônio.

Em 17 de junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **OSWALDO LUIZ DE OLIVEIRA BORGES, Chefe de Seção**, em 17/06/2021, às 13:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO LÍRIO, Técnico Judiciário**, em 17/06/2021, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CORONA DE AGUIAR, Técnico Judiciário**, em 17/06/2021, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0580569** e o código CRC **BC697BAF**.

0003721-53.2021.6.08.8000

0580569v9